



Ata da 15^a (décima quinta) reunião ordinária da 1^a (primeira) Sessão Legislativa da 16^a (décima sexta) Legislatura da Câmara Municipal de Santana da Vargem, realizada no dia quatorze de abril de dois mil e vinte e cinco. Às dezenove horas do mesmo dia, reuniram-se em sessão ordinária, sob a presidência da vereadora Bruna Renata, os vereadores da Câmara Municipal de Santana da Vargem. A primeira secretária, a vereadora Silmara Gislaine realizou a chamada e verificou estarem todos os vereadores presentes. A Presidente declarou aberta a sessão e foi realizada a oração regimental. Iniciando-se o pequeno expediente, foi lida a ata da última reunião, a 2^a (segunda reunião extraordinária). Após a leitura, a ata foi colocada em votação tendo sido aprovada e assinada por todos os vereadores. Na sequência foram citado o ofício número 38 de 2025 da AGROECP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES LTDA. Não houve inscritos na tribuna livre. No grande expediente foram apresentadas as seguintes proposições: O 1 - Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 6 de 2025 que “Altera a Lei Municipal nº 1.666, de 14 de fevereiro de 2023, que Regulamenta as diárias do Poder Legislativo Municipal”; o 2 - Projeto de Lei Complementar nº 6 de 202 que “Altera a Lei Complementar nº22 de 31 de março de 2022, que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santana da Vargem/MG para dispor sobre o Adicional por Tempo de Serviço”; e o 3 - Projeto de Lei Ordinária nº 54 de 2025 que “Altera a Lei Municipal nº 1.826, de 10 de dezembro de 2024, que “Estima Receita e fixa despesas do Município de Santana da Vargem - MG, para o exercício financeiro de 2025”, visando a abertura de crédito adicional especial”, o qual veio com pedido de tramitação em Regime de Urgência. Na ordem do dia não houve projetos a serem apreciados. Em prosseguimento à reunião a Presidente concedeu a palavra livre aos vereadores por 5 (cinco) minutos. O vereador Everton Paulo iniciou sua fala lendo um ofício referente a uma emenda parlamentar destinada ao município de Santana da Vargem. Conforme o documento, foram indicados recursos no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, visando a aquisição de equipamentos para a Escola de Samba Coisa Nossa, e outros R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Escola de Samba Unidos do ZQ, destinados a custeos. O vereador destacou o apoio dos deputados federal Odair Cunha e estadual Ulisses Gomes, ressaltando a importância dessas emendas para o desenvolvimento local. Em seguida, o vereador fez um pedido de providências referente à situação precária da Rua Nelson Pereira, principalmente no trecho próximo à Avenida Hélio Terra, relatou que os buracos e valas no local têm causado transtornos à população, inclusive mencionando um incidente em que uma família se molhou após cair em uma dessas valas e solicitou medidas urgentes para a reparação da rua, a fim de evitar novos acidentes, por fim, agradeceu e reafirmou seu compromisso com as demandas da comunidade. O vereador Luiz Felipe relatou ter recebido uma mensagem de um

Página 1 de 3



municípe sobre um cano estourado, possivelmente de esgoto a céu aberto, em um terreno novo nas proximidades do bairro São Luiz. Ele apresentou fotos e vídeos da situação e solicitou que a presidência encaminhe um pedido à Secretaria de Obras para que sejam tomadas as devidas providências, destacou que, embora entenda a existência de muitas demandas, certos casos exigem atenção imediata, pois problemas pequenos que não são resolvidos a tempo acabam se agravando e reforçou que o vereador Everton Paulo já havia feito solicitação anterior sobre o mesmo assunto. O vereador Everton Paulo retomou o tema da audiência pública solicitada por ele em reuniões anteriores, referente à possível municipalização do grupo. Ele esclareceu que não é contrário à proposta, mas que busca ouvir a opinião da população antes de formar seu posicionamento, informou ter tomado conhecimento de um abaixo-assinado feito contra ele e outro vereador, sob a alegação de que seriam contrários à proposta, o que ele negou. O vereador reforçou que a iniciativa da audiência deveria partir do Executivo, e que é fundamental conhecer os detalhes do projeto e os impactos a longo prazo, positivos ou negativos, para o município, ressaltou que sua decisão dependerá da manifestação da população e da apresentação de propostas concretas por parte do prefeito. O vereador Antônio Afonso relatou ter conversado com a diretora da Escola e comentou sobre a complexidade da decisão referente à possível municipalização da unidade. Ele destacou que é uma decisão que requer tempo e reflexão, sugeriu que o grupo de vereadores participe de uma reunião para ouvir os profissionais da escola, a fim de que a decisão tomada seja consciente e assertiva, evitando arrependimentos futuros. A presidente Bruna Renata relatou que tem sido procurada por diversas mães preocupadas com a ausência de guardas nas portas das escolas do município. Ela informou que ainda não teve a oportunidade de conversar com o prefeito sobre o motivo da retirada, mas ressaltou a importância da presença dos guardas para a segurança das crianças e da comunidade escolar, comentou que é necessário dar atenção ao assunto e considerar uma solução, possivelmente no contexto de um novo projeto a ser elaborado nos próximos dias, mencionou também que há rumores sobre possíveis ameaças, o que tem aumentado a preocupação das famílias e já é de conhecimento da Polícia Militar. O vereador Paulo José questionou a presidente sobre a audiência pública mencionada anteriormente pelo vereador Everton Paulo, perguntando se já havia alguma posição ou resposta a respeito do pedido feito em reunião anterior. A presidente disse que iria procurar uma data que todos pudessem participar. O Plenário discutiu o assunto. O vereador Gleyton de Oliveira explicou que os repasses de recursos para a educação, tanto do Estado quanto do Município, são calculados com base no número de alunos matriculados, destacando a importância de manter estudantes nas escolas para garantir o financiamento adequado. Ele comentou que a Escola Estadual está enfrentando dificuldades com a demanda. Em seguida, mencionou a melhoria da iluminação no bairro São Domingos



durante o governo anterior, mas apontou que a entrada do bairro, após a ponte, ainda permanece escura e perigosa e solicitou apoio dos demais vereadores para cobrar do Executivo a conclusão da iluminação no local. O vereador Jackson Luiz relatou que também recebeu solicitações da população e já fez pedidos ao Executivo, mas tem recebido respostas vagas, o que dificulta repassar informações claras aos cidadãos. Ele defendeu que as respostas da Prefeitura sejam mais objetivas. Em relação à municipalização da escola estadual, o vereador sugeriu que seja marcada a audiência pública o quanto antes, considerando que o projeto deverá chegar à Câmara em breve e será incluído na pauta da próxima reunião. Ele declarou ser contrário à proposta até o momento, com base nos estudos que realizou, mas afirmou estar aberto a mudar de opinião, caso novas informações o convençam, ressaltou a importância do parecer jurídico sobre o projeto e alertou para experiências de outras cidades e para o fato de a Assembleia Legislativa ter arquivado proposta semelhante. O vereador destacou que os impactos da municipalização serão sentidos apenas a longo prazo e que a arrecadação do município deve ser considerada na análise da viabilidade. Por fim, ele sugeriu buscar informações com deputados e exemplos de outras cidades para embasar o debate e esclarecer à população os motivos de cada posicionamento. O vereador Paulo José comentou que no ano anterior havia guardas nas portas das escolas e sugeriu que seja feito um requerimento, em nome da Comissão de Educação, solicitando ao município esclarecimentos sobre o motivo da retirada desses profissionais. O plenário discutiu o assunto. Nada mais havendo a tratar, a Presidente marcou a próxima reunião para quarta-feira dia 23, encerrou a sessão desejando uma boa noite a todos e ordenou que se lavrasse a presente ata, elaborada pela primeira secretária Silmara Gislaine, nos termos do inciso V do art. 35 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, a qual, após aprovada, poderá ser assinada por todos.

Three handwritten signatures are visible at the bottom of the document. From left to right: 1) A signature in blue ink that appears to read "M. S. Silva". 2) A signature in blue ink that appears to read "S. Gislaine". 3) A signature in blue ink that appears to read "P. J. P. da Cunha".

